

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.279.541 - PR (2018/0088390-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : VINÍCIUS SECAFEN MINGATI - PR043401
PRISCILA KADRI LACHIMIA - PR069828
JOSÉ ROBERTO CORADI JUNIOR E OUTRO(S) - SP305702
AGRAVADO : LEVORAM COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA
ADVOGADOS : MARCOS ANTÔNIO PIOLA - PR013574
EUSTÁQUIO DE OLIVEIRA JUNIOR - PR026255

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do NCPC), interposto por ITAU UNIBANCO S.A em face de decisão de inadmissibilidade de recurso especial.

O apelo extremo objetivou reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fl. 532):

Ação revisional de contrato. Pretendida exibição serôdia de documento.

1. Determinação judicial de apresentação de documentos, em prazo razoável, com a cominação expressa de aplicação do disposto no artigo 359 do Código de Processo Civil de 1973 para o caso de não atendimento - Entrega de alguns documentos somente, sem qualquer ressalva - Banco que tempos depois, já após ultimada a produção da prova pericial, sem uma palavra, sequer, justificadora da sonegação, sem ao menos acenar para impossibilidade de apresentação do documento quando recebeu a ordem judicial, pretende apresentar um documento não entregue outrora - Preclusão irremediavelmente operada.

2. Agravo de instrumento desprovido.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados (fls. 547/554).

Nas razões do recurso especial (fls. 286/302), a parte insurgente alegou, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao art. 884 do Código Civil.

Sustentou, em síntese, que a proibição da juntada tardia de documento, com o objetivo de subsidiar perícia técnico-contábil, implica enriquecimento ilícito da parte contrária, sobretudo porque os cálculos iniciais não consideram a incidência de juros capitalizados mensalmente.

Sem contrarrazões (fl. 597).

Inadmitido o apelo, os autos subiram ao exame do STJ mediante a interposição do agravo (art. 1.042 do NCPC).

Sem contraminuta (fl. 609).

Memoriais às fls. 619/639.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. Considerando que o recurso especial pretende o reparo no procedimento da ação em curso, para possibilitar a juntada de documento fora do prazo conferido para essa finalidade, a alegação de ofensa ao art. 884 do Código Civil (vedação ao enriquecimento ilícito) está absolutamente dissociada da questão em debate nos autos.

Não há dúvidas de que o conteúdo normativo da referida norma não é capaz de promover ajustes nos atos do procedimento comum, sob o qual tramita esta demanda.

As razões estão deficientes, nesse ponto.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. CONTRATO DE SEGURO. GASTOS MÉDICOS. DANOS MATERIAIS. ART. 760 DO CC QUE NÃO AMPARA A TESE APRESENTADA NO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA Nº 284 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplicabilidade do NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. O art. 760 do CC não ampara a tese apresentada no recurso especial de que os gastos médicos estão incluídos na indenização por danos corporais e não danos materiais. Incide, pois, a Súmula nº 284 do STF.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 801.951/PR, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/06/2016, DJe 01/07/2016)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR INUNDAÇÃO. DANO MORAL. QUANTIFICAÇÃO DO DANO MORAL. DISPOSITIVOS LEGAIS SUSCITADOS QUE SE DISSOCIAM DA TESE DEFENDIDA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA Nº 284 DO STF.

1. No que concerne à tese de possível exorbitância do valor fixado por danos morais, depreende-se das razões recursais que os dispositivos citados - artigos 186 e 927 do CC - não se coadunam com o tema, visto que disciplinam os institutos jurídicos do ato ilícito e a obrigação de reparação do respectivo responsável civil, em nada tratando do quantum indenizatório devido.

2. Consoante a jurisprudência pacificada nesta Corte Especial, o recurso especial será considerado deficiente quando o dispositivo legal tido por violado não ampara a tese defendida pelo recorrente, mediante aplicação analógica do verbete sumular 284/STF.

a4.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 522.329/RN, Rel. Ministra MARGA TESSLER (JUÍZA FEDERAL CONVOCADA DO TRF 4ª REGIÃO), PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/05/2015, DJe 28/05/2015)

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. POSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284 DO STF.

1. Consoante os princípios da instrumentalidade das formas e da fungibilidade recursal, é possível o recebimento do pedido de reconsideração como agravo regimental, desde que a irrisignação tenha sido apresentada no prazo do recurso cabível. Precedentes.

2. A deficiência da fundamentação do recurso inviabiliza a exata compreensão da controvérsia, atraindo, portanto, a incidência Súmula 284 do STF: "Inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência da fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(PET no REsp 1277692/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/05/2015, DJe 12/06/2015)

Diante da deficiência das razões recursais, nem mesmo é possível examinar a alegação de divergência na interpretação conferida a dispositivo dissociado da controvérsia.

2. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator